

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA
LEGISLATURA, EM 11-12-2019.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Eng^o Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19, discutido por Reginaldo Pujol e Adeli Sell; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, discutido por Reginaldo Pujol e Airto Ferronato, o Projeto de Lei do Executivo nº 036/19, discutido por Adeli Sell, e o Projeto de Resolução nº 046/19, discutido por Airto Ferronato. Na oportunidade, a Presidente declarou parcialmente nula a eleição da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL realizada durante a Centésima Vigésima Sessão Ordinária, tornando sem efeito a eleição de Moisés Barboza para essa comissão, e, ato contínuo, Ramiro Rosário foi eleito para integrar essa comissão. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19 (Processo nº 0507/19). Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 02 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19. Foram apregoadas a Emenda nº 04 e a Subemenda nº 04 à Emenda nº 01, assinadas por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19, e foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando votação em destaque para essas emenda e subemenda. Foram apregoadas seguintes Emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19: nº 05, assinada por Prof. Alex Fraga, José Freitas, Cassio Trogildo, Hamilton Sossmeier, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Mendes Ribeiro; nº 06, assinada por Alvoni Medina, Prof. Alex Fraga, José Freitas, Cassio Trogildo, Hamilton Sossmeier, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Mendes Ribeiro; nºs 07, 08, 09, 10, 11 e 12, assinadas por Alvoni Medina, Prof. Alex Fraga, José Freitas, Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Mendes Ribeiro. Foi apregoado o Ofício nº 1041/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0637/19). Em COMUNICAÇÃO

DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Paulinho Motorista, Karen Santos, Roberto Robaina e Cláudio Janta. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 13, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19. Foram apregoados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 240/19, de autoria de Airto Ferronato, 227/19, de autoria de Hamilton Sossmeier, e 246/19, de autoria de Mauro Zacher, e o Projeto de Resolução nº 055/19, de autoria de Cassiá Carpes (Processos nºs 0554, 0518, 0566 e 0568/19, respectivamente). Durante a sessão, foi registrada a presença de Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal da Educação. Às quinze horas e onze minutos, em função de deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Alvoni Medina e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Sr. Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal da Educação.

Esta presidência faz um requerimento, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, conforme acordo de líderes, para que possamos passar, imediatamente, ao período de Pauta. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0203/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/19, de autoria do Ver. Ver. Ricardo Gomes e outros, que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório, altera o § 4º do art. 9º e o art. 11, ambos da Lei nº 8.267, 29 de dezembro 1998, o *caput* do art. 4º e o § 3º do art. 6º, ambos da Lei nº 11.212, de 31 de janeiro de 2012, e o § 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975; inclui § 9º no art. 10 da Lei nº 8.267, de 1998, e art. 1º-A na Lei Complementar nº 554, de 11 de julho de 2006; e revoga o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.212, de 31 de janeiro de 2012, o art. 7º da Lei nº 10.167, de 24 de janeiro de 2007, o art. 35 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro 1975, o § 6º do art. 47 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, a Lei nº 9.268, de 2 de dezembro de 2003, a Lei nº 9.041, de 16 de dezembro de 2002, a Lei nº 7.109, de 3 de julho de 1992, a Lei nº 6.988, de 3 de janeiro de 1992, a Lei nº 6.721, de 21 de novembro de 1990, a Lei nº 5.867, de 19 de janeiro de 1987, a Lei nº 5.824, de 22 de dezembro de 1986, a Lei nº 3.983, de 2 de maio de 1975, a Lei nº 2.775, de 17 de

dezembro de 1964, a Lei nº 2.612, de 25 de novembro de 1963, a Lei nº 2.061, de 12 de fevereiro de 1960, o Decreto-Lei nº 266, de 11 de outubro de 1945, e a Lei nº 307, de 20 de agosto de 1936. **Com Substitutivo nº 01.**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0612/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/19, que institui o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre (FIT/POA).

PROC. Nº 0610/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 036/19, que dispõe sobre a modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC).

PROC. Nº 0497/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Flávio Antônio Henz – Tio Flávio.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu sempre disse na Casa que eu reputo este período de discussão preliminar de Pauta de grande importância, porque é o primeiro contato objetivo que a Casa, como um todo, tem com matérias importantes que ingressam na Casa. A importância dessas matérias é avaliada caso a caso, pelos vários vereadores que delas se atrevem a discuti-las e a outro tanto que, de uma forma muito objetiva, se mantém quietos, ouvindo os debates que aqui se travam.

Eu quero, com relação à Pauta do dia de hoje, dizer que, no meu entendimento, ela tem uma importância singular na história da cidade de Porto Alegre, à medida que agasalha, em 1ª sessão de Pauta, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo – PLCL Nº 018/19, de autoria do eminente Ver. Ricardo Gomes e outros, que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório sejam mais céleres, menos confusos e muito mais consequentes. Então, Sra. Presidente, eu me sinto obrigado, de certa maneira, a vir à tribuna, neste dia e nesta hora, para assinalar a relevância que eu vejo nesse assunto que corre hoje em 1ª sessão de Pauta, que espero, muito breve, penso que ainda hoje, quando teremos uma sessão especial, em que poderemos, inclusive, debater assuntos específicos e votar matérias que se encontram na nossa pauta geral. Que possamos, ainda hoje, vencer o segundo dia deste projeto, para que tenhamos condição de, com a maior brevidade possível, nos colocar definitivamente frente a este projeto de lei, cuja a importância e relevância, no presente momento histórico deste País, é muito grande – já produz efeitos em nível nacional, já está em vias de produzir efeitos em nível estadual. Na Assembleia

Legislativa do Estado, houve aprovação de projeto semelhante, de autoria do deputado Rodrigo Lorenzoni, que se encontra em redação final, sendo encaminhado ao governador do Estado, que eu acredito, pelo que tenho ouvido dele a respeito do assunto, não terá a menor dificuldade de sancioná-lo, transformando em lei e colocando o Rio Grande do Sul na dianteira dessa mobilização nacional pela derrubada da democracia, pela simplificação da vida do cidadão, e, sobretudo, para garantir ao empreendedorismo condições objetivas de realizar suas atividades, se submetendo a regras, porque o estado democrático impõe que haja regras e disciplina para todas as atividades. Mas não se deve confundir essas regras regulatórias das atividades econômicas com essa barreira que, ao longo de tempo, a burocracia estabeleceu nos vários recantos deste País. Por isso, Sra. Presidente e Srs. Vereadores, vim à tribuna e deveria, inclusive, me ater um tanto quanto aos projetos do Executivo, entre os quais o do Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia, e o projeto da modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso, mas me resguardarei para fazê-lo em outro momento, para concluir este pronunciamento, Vereadora-Presidente, exatamente dentro dos limites regimentais que aqui sou submetido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Serei breve, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, porque temos muitas coisas a discutir, mas há dois projetos que eu quero mencionar aqui, os quais debateremos. O primeiro deles é o que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório. É bom que esse debate venha para cá, nós não conseguimos tirar um alvará! Trancaram todos os alvarás: não tem alvará para churrasquinho; não tem alvará para cachorro-quente; não tem alvará para bancas de frutas. Então, vamos fazer valer essa declaração. O sujeito diz: “Eu sou um empreendedor, estou aqui e vou me municiar”. Não bastasse só para esses, também não tem alvará para as bancas de flores! Presidente Mônica, nós aprovamos aqui o mobiliário urbano, tem bancas de flores de primeiríssimo mundo para serem liberadas, a Prefeitura não libera. Então, vamos lá, Ver. Ricardo Gomes e outros que já me colocaram que vamos discutir e votar. E o governo quer apresentar aqui uma modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso. Bom, parece que estamos chegando perto do Primeiro Mundo. Agora eu quero ver as condicionantes posteriores. Eu concordo, afinal de contas, quem começou o alvará provisório em Porto Alegre fui eu, que era uma espécie de adesão por compromisso. Eu manterei minha posição: sim, dependendo das condicionantes, nos dois casos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Na tarde de segunda-feira, durante a 120ª Sessão Ordinária, o Ver. Moisés Barboza, primeiro suplente da coligação PP, PSDB, PMB, PTC e atual substituto do vereador licenciado Ramiro Rosário foi eleito para integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, no ano de 2020. No entanto, o Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre, art. 31, inc. II, dispõe que no ato da composição das Comissões Permanentes figurará sempre o nome do vereador efetivo, ainda que licenciado. Portanto, declaro parcialmente nula a eleição das Comissões Permanentes ocorrida na 120ª Sessão Ordinária, apenas quanto à eleição do suplente Moisés Barboza para integrar a CEFOR.

Em votação a eleição do vereador licenciado Ramiro Rosário para integrar a CEFOR no ano de 2020. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Declaro o Ver. Ramiro Rosário eleito para integrar a CEFOR no ano de 2020.

Informo ainda que, na ocasião da posse das Comissões Permanentes, no ano de 2020, o suplente Moisés Barboza poderá ser empossado na CEFOR na condição de substituto do Ver. Ramiro Rosário, caso este permaneça licenciado.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 03 ao PLE nº 020/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que sejam votadas em destaque a Emenda nº 04 e a Subemenda nº 04 à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

Aprego a Subemenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 020/19.

Aprego as Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Prof. Alex Fraga e outros, ao PLE nº 020/19.

Aprego o PLCE nº 21/19, de autoria do prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 1041/GP.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Mônica, e os colegas vereadores e Vereadoras; público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, rodoviários, cobradores e pessoal da área da educação, sejam todos bem-vindos. O governo já demonstrou, claramente, que deu uma recuada, na medida em que não coloca como prioritário o projeto da extinção dos cobradores para esta tarde. Isto é, está em 9º o projeto que estava como um dos primeiros. Por que será que o governo deu uma recuada? Porque a base dele está dividida, porque o governo não tem mais maioria na Câmara de Vereadores para aprovar este projeto de lei – essa é a

verdade! O povo de Porto Alegre também está conosco, porque percebeu que são 3.600 pessoas que perderão o emprego. E o prefeito disse que não, que ninguém seria desempregado. O prefeito pode falar por uma empresa, que é a Carris, que não tem 300 cobradores, mas os empregados das outras concessões, obviamente, serão demitidos. Portanto, não adianta ele dizer uma coisa, se a vida nos diz que é outra. Que bom que os vereadores, embora alguns ainda não disseram que votarão contra... Aqui não tem lugar para estar em cima do muro, ou tu estás do lado de cá, ou estás do lado de lá. Nós temos de parar de dizer uma coisa na imprensa, Ver. Bosco, e fazer outra.

O Governo Marchezan, quando se elegeu, disse uma série de questões que ele não iria fazer, por exemplo, terminar com o Orçamento Participativo – foi uma das primeiras coisas com que ele acabou. Ele acabou com a democracia participativa, onde as pessoas decidiam o que elas queriam nas suas comunidades. Surgiu algum projeto ou foi executado algum projeto da gestão anterior aprovado no OP? Não. O Governo Marchezan investiu R\$ 32 milhões em publicidade e propaganda, disse que não, que ia acabar com essa ganância de gastar dinheiro público em algo que para ele não dava retorno.

O governo Marchezan fez muito mais coisas ruins, eu diria, que atingem o trabalhador do que coisas boas para os cidadãos de Porto Alegre. Por exemplo, se nós observarmos que a operação tapa-buracos só começou agora, após três anos de governo, ele ficou por dois anos e meio fazendo o quê? Nada! Dizendo apenas que os governos anteriores deixaram o caixa vazio.

Mas ele fez algo que foi muito preocupante: ele terceirizou grande parte da área da saúde. No Posto 24 horas da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, no mês passado tinha um médico! Tinha um médico porque ele terceirizou para uma empresa paulista que tem uma série de problemas na justiça e que, até então, não teria nem credibilidade para assumir qualquer serviço na área da saúde. Pois essa mesma empresa está tentando se habilitar para assumir o Programa de Saúde da Família – e daí seriam mais 1.840 pessoas desempregadas. Lamentavelmente, nós só conseguimos ver coisas ruins no governo municipal quando se trata de serviços públicos ou de relação com os trabalhadores e trabalhadoras. O governo Marchezan trabalha para os ricos.

E nós temos que abrir o olho, porque, aqui na Câmara de Vereadores, quando algum vereador aperta aquele botão ali, ele está não só apertando o botão, ele tem que pensar na repercussão que aquele apertado de botão vai ter na vida do cidadão em Porto Alegre.

Na área da educação, muito mais do que isso, o governo agora tenta dialogar com vereadores da oposição aqui, e o Ver. Prof. Alex Fraga apresentou uma série de emendas importantes para mudar, por exemplo, o projeto que ora está em pauta, na Ordem do Dia para ser votado hoje, que trata da questão da eleição dos diretores de escolas. Esse entrará em seguida e vamos debater...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...Para concluir, quero reforçar que o prefeito está recuando com relação ao PLE que trata da extinção dos cobradores. Portanto, a mobilização das senhoras e dos senhores é fundamental para que ele retire esse projeto de lei da Câmara Municipal. Essa é a verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde Presidente Mônica, demais vereadores, pessoal que nos assiste em casa e nas galerias, e minha turma dos rodoviários, a minha família dos rodoviários aqui presente.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Estou mais feliz porque esse projeto da extinção dos cobradores já não está na pauta para ser votado hoje, e creio que o governo deve retirar esse projeto de pauta para que as coisas comecem tudo do zero de novo, e que no Natal e Ano Novo e os nossos cobradores possam trabalhar tranquilos. Já há o stress do dia a dia...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): ...Grande Bala, vereador de Alvorada e meu parceirão de muitas madrugadas juntas, trabalhando! Continuaremos sempre firme e de olho para que não sejamos pegos de surpresa, continuaremos em sintonia! Agradeço sempre o pessoal que nos liga, agradeço o Sindicato dos Rodoviários, que desde o primeiro dia me procurou para que a gente pudesse sanar esse problema, cortar esse mal pela raiz. Continuaremos lutando juntos! Tenho 24 anos de profissão de motorista, da qual me orgulho bastante, me sinto rodoviário até hoje, junto de meus amigos motoristas e cobradores, meus parceiros de trecho, meus parceiros de empresa, meus parceiros de futebol. É um orgulho para mim, e com certeza vamos lutar sempre. Esta semana foi um estresse tremendo, ruim de dormir – não estou sendo demagogo, e quem me conhece sabe que sou assim, que me sinto rodoviário –, pensando como seria o outro dia, se o projeto entraria ou não. Hoje a gente ficou um pouco mais feliz. Estávamos conversando hoje, pela manhã, eu e o Ver. Cassiá Carpes, que o projeto não ia entrar hoje, pelo menos. Espero que o governo pare para pensar: se ele estivesse no lugar do cobrador e o cobrador no lugar dele, como seria? Esse é o motivo de a gente pensar. Toda atitude que a gente tem, a gente tem que pensar no outro, se a gente estivesse no lugar do outro. Aqui temos rodoviárias, motoras, cobradoras também, pelas quais tenho muito orgulho; pessoas que se criaram comigo desde a infância. Nós vamos estar sempre presentes. Eu teria outros assuntos

para falar, mas nesta semana não quero falar de outros assuntos, eu quero falar da classe rodoviária, porque é esse o motivo de a gente estar aí unidos, firmes – o Sergio está lá em cima com a bandeira, beleza? Mario, não podemos deixar que isso aconteça: a extinção da categoria dos cobradores. Falei a semana toda, na semana passada dei entrevistas para rádio, para TV. Espero que esse projeto não passe. Volto a dizer: a categoria de cobrador não pode ser extinta. Coitada da população, hoje, do Belém Novo, do Lami, chega a levar 1 hora e 40 minutos, 1 hora e 50 minutos de viagem, Bala, naquele pinga-pinga, com cobrador, sem cobrador vai levar 3 horas até lá. Aí o passageiro vai chegar para o motorista e vai dizer: “Ô cara, e aí, 3 horas de viagem”? Mas não é culpa do motorista, imagina trabalhando sem cobrador? Nós trabalhando com cobrador, já era uma dificuldade, e cada vez mais, estão colocando essas voltas de retorno, voltas apertadas e cobrando do motorista o horário. É um cobrando daqui; outro cobrando dali. E as pessoas e a população não sabem que essas voltas de retorno, Bala, como tinha lá nos anos 1980, que era fácil fazer uma volta de retorno, tu chegavas no horário, às vezes, dava até para tomar um refrigerante, uma água; hoje, não dá mais, porque o motorista está na Azenha para puxar a viagem na Borges, está com 10 minutos para chegar na Borges, e, às vezes, meia hora não chega para chegar na Borges, com essa tranqueira, com esse trânsito caótico. Ainda tem que passar pelo corredor, chega na Salgado Filho, tudo trancado, e com o auxílio do cobrador, porque o motorista olhando para a frente, que é a parte...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): ...que o motorista tem que fazer, que é cuidar do trânsito, que já é difícil, qualquer segundo já é um acidente fatal. Com o cobrador já está difícil, agora, quem é que parou para pensar? Isso aí não é um pensamento, vou ser bem sincero, isso é coisa de louco, pensar que tem que retirar o cobrador, e o motorista ter que trabalhar sozinho! Vamos continuar com os cobradores, podem contar comigo, Deus abençoe a nossa categoria. E vamos vencer essa parada, pessoal. Estamos juntos! Somos todos cobradores!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 13, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 020/19.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, subo a esta tribuna usando o tempo de liderança do PSOL para, primeiramente, saudar a greve das trabalhadoras, professoras, educadoras da rede estadual do Rio Grande do Sul, que estão na terceira semana de greve, uma categoria que resiste bravamente,

resistiu ao governo Sartori, está resistindo a este desgoverno do Eduardo Leite e vem colocando a pauta, disputando com a sociedade, convencendo as nossas comunidades, as nossas famílias, os educandos a importância de defender a escola pública, em diálogo com a população sobre esse projeto de futuro que está sendo implementado para nós, às custas do nosso trabalho, às custas do nosso suor, e dizendo que a gente não quer mais pagar por essa crise. Os de cima que se resolvam, chega, basta de colocar nas costas do trabalhador, da professora, do brigadiano, do assistente social o peso dessa crise econômica, financeira que vem se arrastando pelo nosso País.

Ontem fizemos o nosso mandato na rua, porque acho que é um papel importante do vereador esse canal de diálogo direto com a população e, além de estar apresentando o balanço do nosso mandato, dialogar sobre essas duas principais pautas de hoje, que são assunto na boca do povo: a questão dos professores, da greve dos professores da rede estadual e também a necessidade da manutenção dos cobradores de ônibus nas frotas de Porto Alegre. O retorno que veio foi muito positivo, acredito que a mobilização, a paralisação que os rodoviários promoveram na operação tartaruga teve impacto positivo para colocar esse assunto na ordem do dia das pessoas, a gente tem um transporte tri caro, tri lotado, tri demorado, uma máfia do transporte público que demorou muito tempo para se comprometer com um edital, com a licitação do transporte público, e hoje a gente vê que toda aquela expectativa que a gente tinha da licitação de ônibus com GPS, com ar-condicionado, maior frota, mais linhas, tudo isso vem se mostrando falho e inoperante, todo esse compromisso que foi justificado lá atrás para aumentar a tarifa do transporte não se resolveu. Então a importância de a gente se somar junto com os cobradores, junto com os rodoviários por uma política do transporte público da cidade que funcione. Cada vez mais a gente vê 99, cada vez mais a gente vê Uber, cada vez mais a gente vê que não existe um projeto de mobilidade urbana na nossa cidade. O transporte coletivo é necessário para o trabalhador ir trabalhar, para a gente acessar os equipamentos de saúde, para a gente conhecer a nossa cidade. É isso o que está sendo retirado da gente toda vez em que o governo traz para cá um projeto de precarização desse transporte que já é tão precário. Também é para a gente pensar como essas novas tecnologias que vêm sendo importadas para o nosso País vêm sendo utilizadas mais para explorar a nossa força de trabalho e gerar desemprego do que para garantir para a gente plena qualidade de vida, de acesso a tudo isso que está sendo implementando; para a gente estar percebendo para quem serve o progresso, para quem serve o desenvolvimento que esses ricos, esses poderosos vêm pautando e vêm implementando no nosso País.

Para concluir, quero falar sobre a questão da eleição dos diretores das escolas – tem um projeto que vem tramitando. A gente fez uma audiência pública aqui na Casa numa tentativa de dialogar com o secretário municipal da educação – uma tentativa bem frustrada, diga-se de passagem. A gente ficou aqui na Câmara quase até as 23h para colocar todos os argumentos que a categoria, a comunidade escolar levantou nesse processo de campanha eleitoral para dizer que não tem hoje necessidade de a gente estar mudando a forma de eleição dos diretores. Novamente, este governo, que não é transparente, que não é democrático, que não dialoga com o trabalhador, quer

colocar aqui, a toque de caixa, um projeto para ser votado. Saudar todo trabalho que o Prof. Alex elaborou ali de estar tentando remediar, emendar, amenizar esse projeto. Em última instância, é um ataque ideológico à nossa gestão democrática, à nossa autonomia, e um ataque a nós, professores e professoras. Nós fomos elencados nessa crise como os principais inimigos. É isto o que os governos vêm fazendo, de alto a baixo, do Bolsonaro ao Eduardo Leite e ao Marchezan: colocar servidor – sobretudo, professor – como inimigo.

A gente precisa combater essa retórica, a gente precisa combater esse discurso com greve, com paralisação, com mobilização, mas, principalmente, com diálogo, com afeto com o nosso povo que está precisando ser ouvido. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras. Eu quis usar a palavra em consideração à categoria dos rodoviários, que, mais uma vez, teve que se mobilizar, vir aqui à Câmara de Vereadores escutar os discursos dos vereadores e das vereadoras. Eles sabem que precisam se mobilizar, porque só a mobilização deles é capaz de defender os interesses da categoria. Foi graças à mobilização que vocês fizeram até agora que a Câmara dos Vereadores não aprovou este projeto indecente do prefeito Marchezan que quer eliminar 3.800 postos de trabalho, quando nós temos 500 mil desempregados no Rio Grande do Sul. O prefeito Marchezan, quando ele vai dormir, ele deve pensar: “O que eu vou fazer amanhã para estragar a vida de alguém, a vida de algum setor da classe trabalhadora?” – é só o que o Marchezan pensa quando ele pensa em políticas públicas. (Palmas.) É lógico, Ver. Paulinho Motorista, o Marchezan não deve ter andado de ônibus nunca na vida dele – nunca! Então, ele não sabe que o cobrador ajuda o motorista como retrovisor do motorista, ele não sabe que não é simples dirigir um caminhão como esse, ele não sabe que o cobrador ajuda a pessoa com deficiência a acessar o ônibus e a descer do ônibus, ajuda os idosos, ajuda as crianças. O Marchezan não sabe de nada disso e nem quer saber, porque a preocupação sempre do Marchezan é atender os interesses empresariais. Por isso, Presidente Mônica, quando comecei meu primeiro mês de vereador em janeiro ou fevereiro de 2017, o primeiro projeto do Marchezan que veio aqui para a Câmara dos Vereadores foi para garantir a isenção fiscal, o não pagamento de tributos por parte dos empresários. Foi a primeira medida: para os empresários tudo; para a classe trabalhadora, para o lado dos mais pobres sempre é onde arrebenta a corda. É essa lógica que nós combatemos e que nós não aceitamos que seja vitoriosa e ela não está sendo vitoriosa agora, no caso dos projetos dos cobradores, por conta da categoria rodoviária. Alguns vereadores já disseram aqui e saiu na imprensa, o governo disse que retiraria o projeto hoje. O governo vai retirar hoje, o governo vai retirar, porque o governo não tem os votos. Eu, sinceramente, gostaria de convencer aqueles vereadores

e vereadoras que, no jornal Zero Hora, se declararam como indecisos: que eles saiam da sua indecisão para defender a preservação dos empregos. Eu quero parabenizar os vereadores que já declararam uma posição contrária ao projeto. Se não me falha a memória, foram 16 vereadores. Foram os quatro vereadores do PT, os três vereadores do PSOL, que dá sete; os dois vereadores do PSB, o Ferronato e o Paulinho Motorista, que dá nove; o João Bosco, que dá dez; o Bins Ely eu não sei se disse algo, ficamos ainda nos dez; o Mauro Zacher se declarou indeciso, a Cláudia foi uma das que disse que não está indecisa, que está contra o projeto; o Ver. Cassiá se declarou contra o projeto, o Ver. Nedel se declarou contra o projeto, a Ver.^a Mônica se declarou contra o projeto; nós temos dezesseis! O Conceição, que está indeciso ainda; Conceição, vamos largar essa indecisão e vamos votar com a categoria. Não dá! Os vereadores do PRB, que agora é Republicanos, o Medina e o José Freitas, também estão nessa área dos indecisos. Vamos ajudar a categoria, Medina e José Freitas, vamos ajudar! O pessoal das igrejas está junto com os cobradores, o pessoal que acredita em Deus não quer o desemprego de 3.800 pessoas! Eu quero finalizar parabenizando esses 16, apelando aos vereadores que estão indecisos para que nós façamos um movimento conjunto. Eu já não vou apelar, daí é demais, para o Mauro Pinheiro mudar de voto, porque daí seria demais. Para os demais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...eu estou exagerando em relação ao Mauro Pinheiro, acho que o Mauro Pinheiro também tinha que insistir junto ao prefeito Marchezan, mas eu sinceramente, no caso do prefeito, todas as manifestações que eu vejo do prefeito Marchezan são manifestações de insensibilidade. Então, eu não conto com o prefeito, mas eu conto com os vereadores, conto com as vereadoras, e tenho certeza que a categoria rodoviária vai contar, também. Eles não estão aqui à toa, eles sabem que a força deles pode decidir o destino desse projeto, mas eles também estão de olho na responsabilidade de cada vereador e de cada vereadora, para com os empregos de Porto Alegre, para com o povo de Porto Alegre, e para com a qualidade do transporte público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, novamente venho à tribuna, não só para reafirmar a nossa postura e posição referente a esse projeto. Esse é um projeto – como já dissemos aqui – que não pretende melhorar a situação da população de Porto Alegre. Peço aos meus colegas

vereadores que façam esse exercício, e principalmente aos vereadores que ainda estão indecisos, se votam a favor ou não desse projeto, imaginando as suas mães, avós, pais, tios usando o sistema de transporte, em Porto Alegre, e necessitando de um auxílio para subir no ônibus, com sua bengala ou sua sacola. Podemos fazer um outro exercício: uma criança ou uma outra pessoa, de qualquer idade, numa cadeira de rodas, tentando subir num ônibus, na cidade de Porto Alegre. Podemos fazer outro exercício também, porque daí depois nós vamos ver os colegas aqui na tribuna, brabos, dizendo que é um absurdo o abuso que sofrem as crianças dentro do ônibus de Porto Alegre, porque o motorista está lá na frente, não tem ninguém no meio, não tem ninguém para cuidar dos nossos filhos, que, muitas vezes, como se vê nos metrô, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, as crianças e as mulheres sendo assediadas. Então, nós estamos falando aqui de tripulação. Aí os vereadores falam que estiveram na Europa e que os ônibus quase andam sozinhos. Sim, é como eu vir dizer para vocês que as estradas da Alemanha são uma maravilha. E aí? Nós estamos falando de Porto Alegre, nós estamos falando de um sistema de transporte que está sucateado, que não é pneumático, porque o ônibus não baixa na parada para o cadeirante subir, para o idoso subir. O exemplo que nós temos é a Av. Sertório, que era para ser um modelo de transporte e até hoje não funcionou, aquelas paradas de ônibus estão totalmente abandonadas porque não comportam o nosso sistema de transporte coletivo. A única coisa que foi feita para os ônibus em Porto Alegre foram essas faixas azuis, onde os ônibus andam no meio. A única coisa, porque aumentaram o prazo de validade dos ônibus. Não exigem o cumprimento da lei. Eu acho que antes de querer tirar o cobrador do ônibus, antes de querer tirar o segundo tripulante do ônibus, eu acho que nós tínhamos que fazer cumprir a lei. Está faltando pulso firme para fazer cumprir a lei, para botar o que a lei determina, como o ar-condicionado na frota. Está faltando pulso firme para botar automação na frota, o controle da frota. O dinheiro está entrando, mas o controle que o Município e esta Casa aprovaram, de o Município ter controle sobre esse dinheiro, não está tendo; sobre a bilhetagem eletrônica, sobre tudo, não está tendo. Que é necessário melhorar o sistema de transporte, é necessário num todo. Eu falei isso, quando disse que sou contra esse projeto, e digo que tem que discutir o sistema de transporte num todo, porque, daqui a pouco, vamos ver ser entregue para a Prefeitura de Porto Alegre linhas de ônibus como o Gasômetro, Menino Deus, Bom Fim, Rio Branco, que não vai haver interesse das empresas, porque em toda essa região – Petrópolis, Medianeira – sai mais em conta as pessoas andarem de aplicativo do que de ônibus, do que andar de lotação, tanto que várias linhas de lotação deixaram de existir. Então acho que esta Casa, os trabalhadores de aplicativos, de lotação, da barca, de táxis, todo o sistema de transporte, junto a esta Casa e ao governo, tem que sentar numa grande mesa redonda e discutir não somente um item, mas discutir o sistema de transporte num todo, a integração do sistema de transporte com a Região Metropolitana. E isso aqui, meus pares, não é utopia, isso é realidade dos exemplos que acontecem em várias capitais do mundo, onde se reuniu todo o sistema e foi discutido; não foi feito, como diria o Jack, por partes – temos que sentar e discutir. Não é tirando o emprego, tirando a função social desses senhores que

trabalham em ônibus que nós vamos melhorar o sistema de transporte em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, eu estou aqui inscrito para conversar sobre a Pauta, e nós temos um projeto que institui o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre – e eu sou favorável à sua criação – e também tem um projeto de minha autoria que concede o título de Honra ao Mérito ao Sr. Flávio Antônio Henz, que logicamente apresentamos em razão de sua história no Município Porto Alegre.

Também aproveitando a oportunidade, eu falo aqui hoje, até porque não falei semana passada nem segunda, sobre a questão, Ver.^a Mônica, do projeto que trata do cobrador de ônibus. Eu tenho acompanhado, tenho me manifestado, e saiu no jornal Zero Hora de hoje que votarei contrário ao projeto. (Palmas.) Eu ouvi também, meus caríssimos amigos do transporte coletivo, uma manifestação do prefeito municipal de Porto Alegre dizendo que quem votar contra o projeto desconhece o projeto. Isso para mim, Ver.^a Mônica Leal, que quem vota contra desconhece o projeto, é até uma ofensa, e grave. Estão me chamando de burro. Não é verdade? Ou somos burros, ou incompetentes, ou preguiçosos, alguma coisa seríamos. Não é nada disso. Em primeiro lugar, eu já dei a minha razão de motivo: toda vez – eu tenho 30 anos de Câmara – que se propõe projetos que tragam duras perdas ao cidadão de Porto Alegre precisa, antes de mais nada, um longo período de maturação e inúmeras rodadas de negociação. Não pode simplesmente algum iluminado do Executivo apresentar um projeto dizendo que vão mandar os homens e as mulheres para casa e acabou. Não pode, não é possível!

Em segundo lugar, também acompanhando o projeto, quero dizer para o prefeito, que eu conheço, que o projeto diz que, uma vez aprovado, se reduziria o preço da tarifa em cinco centavos no máximo, e não é uma redução para agora, é um aumento menor de cinco centavos para o futuro. Ora, nós apresentarmos um projeto que joga no olho da rua trabalhadores por uma diferença insignificante de cinco centavo, isso é não ter coração. (Palmas.)

Portanto, tenho tantos outros argumentos, mas em razão do meu tempo fiz questão de inscrever para dizer o seguinte: nós conhecemos o projeto, sabemos do que ele trata, sabemos a sua repercussão, sabemos que o momento é de não votarmos para desempregar pessoas em qualquer quantidade. Portanto, voto contrariamente ao projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o PLL n° 240/19, de autoria do Ver. Aírto Ferronato. Apregoo o PLL n° 246/19, de autoria do Mauro Zacher. Apregoo o PLL n° 227/19, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. Apregoo o PR n° 055/19, de autoria do Ver. Cassiá Carpes.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por acordo de líderes, estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para a 019ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h11min.)

* * * * *